



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Eixo temático: Questão Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço Social

Sub-eixo: Questão Ambiental

**SERVIÇO SOCIAL & POVOS TRADICIONAIS DA AMAZÔNIA:
AÇÕES DE EXTENSÃO PARA FORTALECIMENTO DAS LUTAS DE (R)EXISTÊNCIA**

MARIA P S R CHAVES¹

IGOR OLIVEIRA ROCHA²

GISELLY NOGUEIRA DE ALMEIDA³

RESUMO

Este artigo apresenta uma experiência de extensão universitária junto aos povos originários e tradicionais da Amazônia voltada para fortalecimento das lutas de (r)existência. Ao abordar o compromisso da formação profissional em ações de extensão voltadas para justiça socioambiental de defesa dos direitos territoriais e de valorização dos saberes tradicionais, em suas singularidades socioculturais.

Palavras-Chave: Povos Tradicionais; Extensão Universitária.

ABSTRACT

This article presents an experience of university extension with traditional peoples of the Amazon aimed at strengthening the struggles for (r)existence. By addressing the commitment of professional training in extension actions aimed at socio-environmental justice, defending territorial rights and valuing traditional knowledge, in its sociocultural singularities.

Keywords: Traditional Peoples; University Extension.

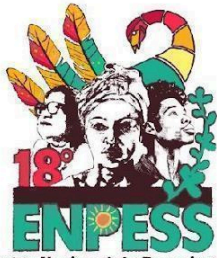
Introdução

Neste artigo a referência aos povos originários e tradicionais parte do entendimento defendido pelos movimentos sociais e da conquista expressa no Decreto nº 6.040 (7/2/2007) que estabeleceu a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades

¹ Universidade Federal do Amazonas

² Universidade Federal do Amazonas

³ Universidade Federal do Amazonas



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Tradicionais. Essa política envolve em suas ações quatro eixos estratégicos, que são: o acesso aos territórios tradicionais e aos recursos naturais; infraestrutura; inclusão social; e o fomento à produção sustentável. A partir desta referência, ao tratar sobre povos originários e tradicionais parte-se do reconhecimento que esses grupos guardam culturas distintas, com singularidades demarcadas pelos grupos específicos. A partir da autoidentificação são reconhecidos como mantenedores de formas de organizações sociais, culturais, econômicas próprias, como ocupantes e usufrutuários de territórios com saberes e práticas orientadas para conservação dos recursos naturais. Cujas condições de reprodução sociocultural, religiosa, ancestral e econômica, é baseada no respeito aos saberes originados e transmitidos pela tradição de seus ancestrais.

A conceituação de povos originários refere-se e orienta-se pela existência de um conjunto muito variado de etnias indígenas no Brasil, ou seja, indica o reconhecimento que são formados por diferentes etnias indígenas. Enquanto, o termo povos tradicionais, por sua vez, envolve diversos grupos sociais em todo território brasileiro. Neste trabalho em particular, por se tratar de uma apresentação sintética e estar restrito ao contexto da Amazônia e, mesmo que nesta região haja um quantitativo muito variado de grupos sociais, no manuscrito aborda-se apenas os segmentos de ribeirinhos, quilombolas, varzeiros, pescadores, extrativistas _ seringueiros e castanheiros.

Para a realização do conjunto dos estudos, pesquisas e ações de extensão, executados entre os anos de 2001 e 2024, dos quais os resultados foram selecionados, receberam apoio da Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado do Amazonas – FAPEAM e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Brasil – CNPQ. Os resultados serão apresentados em suas linhas gerais, contudo, sem delimitar os contextos específicos das comunidades de povos originários e tradicionais envolvidos. Vale enfatizar a abrangência geográfica dos municípios do estado do Amazonas, Roraima e Pará.

1. Povos Originários e Tradicionais da Amazônia: identidade, cultura e desafios contemporâneos

Os povos originários e tradicionais da Amazônia têm uma identidade profundamente conectada aos territórios em vivem. Sua cultura é caracterizada por conhecimentos ancestrais transmitidos oralmente ao longo de gerações, incluindo práticas de manejo sustentável dos recursos naturais, medicina tradicional, artesanato e uma rica tradição oral (Diegues, 2000). A

identidade desses povos é, portanto, inseparável do território, sendo este o fundamento de sua organização social, econômica e espiritual.

Para os povos originários, formados por diferentes etnias indígenas, mantêm uma relação singular com seus territórios que extrapola a condição material de manutenção da subsistência física de seus grupos/comunidades. Para eles, seus territórios representam uma entidade viva, um ser que abriga seus ancestrais e que precisa ser respeitado e protegido. O conjunto de suas práticas, como por exemplo, o cultivo da roça de coivara são desenvolvidas de maneira a garantir a regeneração da floresta, refletindo um profundo conhecimento ecológico (Souza, 2019).

Entre os povos tradicionais, em sua diversidade (ribeirinhos, varjeiros, quilombolas, extrativistas, pescadores), cada grupo guarda certas especificidades em relação aos demais, como resultado de sua história de constituição e das lutas que enfrentam. Os remanescentes de Quilombos, por exemplo, demarcam a identidade cultural pela resistência histórica à escravidão e pela luta pela manutenção de seus territórios coletivos, que são fundamentais para a preservação de suas tradições culturais e sociais (Mendonça, 2015).

No entanto, em relação às práticas laborais de manejo dos recursos de pesca, cultivo, artesanaria, coleta (extrativismo vegetal e animal), Chaves (2024) indica que todos os grupos conhecem e praticam com destreza e cuidados de conservação para sustentabilidade da flora, fauna e águas (rios e seus tributários _ lagos, *igarapés*, *várzea*, *igapós*), mas que no entanto, a representação que fazem na relação com os ecossistemas e com as normas e valores tradicionais os fazem filiar-se a um ou a outro grupo, ao qual resguardam a identificação e assumem a identidade sociocultural. Vale ressaltar que o determinante para a identidade dos grupos não advém da atividade produtiva que mais rende economicamente, mas deriva de suas tradições e valores apreendidos ao longo de gerações (Chaves, 2024, 2018).

A cultura desses povos também se expressa em suas manifestações artísticas e espirituais, que incluem rituais, festas, danças, músicas e mitos. Essas práticas não apenas celebram a vida comunitária, mas também reforçam os laços sociais e a transmissão de valores e conhecimentos, assegurando a continuidade das tradições (Almeida, 2004). A preservação dessas expressões culturais é vital para a manutenção da identidade coletiva dos povos tradicionais, pois elas desempenham um papel crucial na interação social e na construção de formas de resistência frente às ameaças externas.

Os povos originários e tradicionais da Amazônia enfrentam, desde seus tempos imemoriais, uma leque variado de desafios que ameaçam sua identidade, cultura e existência.

Entre os principais desafios estão a perda de territórios, a exploração ilegal de recursos naturais, as mudanças climáticas, a pressão do agronegócio e de grandes projetos de infraestrutura, além das políticas públicas inadequadas.

A perda de territórios patrocinada pela expansão do agronegócio, da construção de hidrelétricas, estradas e outras obras de infraestrutura que causou a expulsão de suas comunidades tradicionais, comprometendo sua sobrevivência cultural e material (Carvalho, 2018; Chaves, 2001). Ao serem expropriados de seus territórios, os povos tradicionais perdem não apenas sua fonte de subsistência, mas também o espaço no qual praticam a transmissão de conhecimentos e a reprodução de suas práticas culturais.

A exploração ilegal de madeira, minérios e outros recursos naturais também representa uma grave ameaça para os povos tradicionais da Amazônia. Grupos criminosos invadem terras indígenas e outras áreas protegidas para explorar esses recursos, causando destruição ambiental e conflitos violentos. Além dos danos ambientais, essa exploração ilegal muitas vezes leva à contaminação de rios e solos, afetando a saúde e a segurança alimentar das comunidades (Silva, 2020).

Já as mudanças climáticas, representam um desafio crescente para os povos tradicionais da Amazônia, que dependem diretamente dos ciclos naturais para suas atividades de subsistência, como a pesca, a agricultura e a coleta de frutos. Alterações nos padrões de chuvas, secas prolongadas e o aumento da temperatura estão impactando a disponibilidade de recursos naturais, colocando em risco a segurança alimentar e a saúde dessas populações (Silveira, 2017).

As políticas públicas para atendimento dos povos tradicionais são insuficientes ou uma parcela significativa são inadequadas para atender às suas necessidades específicas. Programas governamentais, frequentemente, falham em reconhecer a diversidade cultural e as particularidades dos modos de vida desses povos, impondo soluções padronizadas que não dialogam com a realidade local. Além disso, a falta de consulta prévia e informada em projetos que afetam seus territórios viola os direitos desses povos, conforme estabelecido pela Convenção 169 da OIT (Mendes, 2019).

Diante desses desafios, os povos tradicionais da Amazônia criam formas de resistência, seja em lutas setoriais, seja em movimentos mais abrangentes de trabalhadores, como os sindicatos de trabalhadores rurais, associações e mobilizações locais, regionais e nacionais, para defender seus direitos e garantir a identidade sociocultural. Movimentos sociais, organizações não governamentais e alianças com acadêmicos e instituições de pesquisa têm sido fundamentais



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

para fortalecer as lutas dessas comunidades. A resistência efetiva-se tanto no campo jurídico, com na luta pela regularização fundiária e na defesa dos direitos territoriais, quanto na manutenção das práticas culturais e na valorização dos conhecimentos tradicionais.

As políticas de reconhecimento e valorização da cultura tradicional, como a proteção do patrimônio imaterial, também desempenham um papel crucial na preservação da identidade desses povos. Candau (2016) indica que as iniciativas de educação intercultural, que buscam integrar os saberes tradicionais ao currículo escolar, são fundamentais para assegurar que as novas gerações continuem a valorizar e a praticar sua cultura.

A luta pela conservação (manejo sustentável) e preservação (permanência) dos territórios, a resistência à exploração ilegal de recursos e a defesa dos direitos culturais são fundamentais para garantir que esses povos possam continuar a viver de acordo com suas tradições e transmitir seus conhecimentos às futuras gerações. Para isso, é essencial o apoio de políticas públicas eficazes, a solidariedade de movimentos sociais e a atuação de organismos internacionais na defesa dos direitos dos povos tradicionais.

2. Serviço Social e Ações de Extensão

O Serviço Social no Brasil apresenta uma história de lutas que avança desde suas origens nos anos 1930, quando floresceu sob égide dos movimentos de caridade e filantropia promovidos pela Igreja Católica. Na década de 1940, com a criação da primeira Escola de Serviço Social em São Paulo, a profissão começou a se estruturar academicamente, pautando-se em princípios técnicos e científicos. Nos anos 1960 e 1970, durante a ascensão do regime militar, os assistentes sociais enfrentaram desafios significativos, o que levou à politização da profissão e à busca por uma maior autonomia, distanciando-se das suas raízes assistencialistas e caritativas para adotar uma postura mais crítica e comprometida com as questões sociais e políticas do país.

Nesta trajetória, um marco essencial para a profissão foi a Lei nº 8.662, de 1993, que regulamentou o exercício do Serviço Social no Brasil. Essa legislação foi crucial para a consolidação da profissão, pois conferiu maior reconhecimento e organização dos/as assistentes sociais. Além de definir claramente as atribuições e competências da profissão, a lei estabeleceu critérios para a formação e atuação dos profissionais, garantindo assim a qualidade e a ética no exercício da função. Nas décadas subsequentes, o Serviço Social brasileiro continuou a evoluir, expandindo sua atuação para diversos campos como saúde, educação e assistência social, e

adaptando-se às novas demandas sociais e políticas do país (Estevão, 1999; Iamamoto, 2003; Netto, 2005).

Diante da contextualização histórico-metodológica, o Serviço Social irrompe na sociedade contemporânea como uma resposta crucial às demandas sociais derivadas das desigualdades socioeconômicas e da marginalização de grupos vulneráveis, fenômenos exacerbados pelo processo de industrialização e urbanização acelerada, tendo a questão social como seu objeto de trabalho. Para Netto (1992, p.71, apud PIANA, 2009,), a questão social, como matéria de trabalho do assistente social, não esgota em si as reflexões. Conforme relata Piana (2009, p. 86):

O assistente social é um profissional que tem como objeto de trabalho a questão social com suas diversas expressões, formulando e implementando propostas para seu enfrentamento, por meio das políticas sociais, públicas, empresariais, de organizações da sociedade civil e movimentos sociais.

No que concerne ao debate sobre o conceito de questão social, Iamamoto define a questão social como a expressão das desigualdades inerentes à sociedade capitalista madura, onde a produção social se torna cada vez mais coletiva, mas a apropriação dos frutos desse trabalho permanece privada e monopolizada por uma parte da sociedade (Iamamoto, 2003, p. 27). Já Pereira (2004) aborda a questão social como o resultado da articulação simultânea de sujeitos históricos e estruturas sociais, destacando a contradição entre capital e trabalho e apontando para a diversidade de interpretações que podem ser feitas — desde a naturalização das desigualdades até sua problematização crítica (Pereira, 2004, p. 110). Ambas as perspectivas ressaltam a complexidade das desigualdades e a importância de compreender a questão social como um fenômeno que vai além de uma simples análise dos indivíduos, envolvendo dimensões estruturais e históricas.

Neste trabalho, mesmo que de forma sintética e limitada, na conjuntura é imperioso examinar o Serviço Social à luz da dinâmica particular da Amazônia. N este contexto específico no qual as desigualdades sociais e a marginalização são exacerbadas por fatores geopolíticos, culturais e econômicos. A Amazônia, com sua vasta extensão territorial e diversidade sociocultural, apresenta um leque muito diversificado de desafios para as diferentes áreas de formação acadêmicas e profissionais. No entanto, para assistentes sociais a complexidade, a abrangência das problemáticas e as especificidades locais tornam-se sobremaneira.

Na região amazônica, os povos e comunidades originárias e tradicionais enfrentam questões sociais intensificadas pela falta de acesso a serviços básicos, como saúde, educação e saneamento. Conforme apontam Barbosa & Sá (2009, p. 74):

(...) as populações indígenas e tradicionais, quilombolas, extrativistas se vêem ameaçadas em face da reorganização da produção no espaço amazônico. As expressões da questão social passam a ser observadas a partir da expropriação, do êxodo rural, da agudização da pobreza e da miséria em contraste com a abundância dos recursos naturais (minerais, hídricos, da floresta e da biodiversidade).

A atuação do Serviço Social na Amazônia demanda uma estreita articulação com políticas públicas e uma constante promoção dos direitos, levando em consideração as especificidades do ambiente amazônico. A defesa do meio ambiente e a busca pela sustentabilidade são elementos fundamentais para o trabalho dos assistentes sociais na região, visto que a degradação ambiental afeta diretamente as condições de vida das comunidades locais. Portanto, as políticas de desenvolvimento sustentável e conservação ambiental devem ser integradas às estratégias de intervenção social, garantindo que o desenvolvimento econômico não prejudique as populações tradicionais.

Neste contexto de transformações sociais, é essencial reafirmar compromissos e criar abordagens e instrumentos teórico-metodológicas para desvendar as novas contradições entre capital e trabalho, bem como os novos determinantes da questão social (Barbosa & Sá, 2009, p. 75).

É fundamental destacar a urgência da formação acadêmica dos assistentes sociais em abordar questões ambientais e desenvolvimento sustentável de forma ampla e integrada. Dada a predominância da abordagem crítica e reflexiva no Serviço Social, na Amazônia isso implica adotar uma perspectiva que considere as especificidades culturais, econômicas e ambientais da região. Tal abordagem visa promover ações que fortaleçam as capacidades locais e contribuam para a construção de uma sociedade mais inclusiva e sustentável, com ênfase na proteção dos direitos humanos. De acordo Marques e Schmitt (2021), os assistentes sociais para irem além da retórica devem exigir mudanças efetivas nas condições sociais e políticas, sob o vínculo do dever ético-deontológico é mister o envolvimento nas questões ambientais, em defesa dos direitos da terra e dos seus habitantes.

A extensão universitária no Brasil tem suas raízes na reforma universitária de Córdoba, em 1918, que reivindicava a universidade como um espaço democrático e comprometido com as

necessidades sociais. No contexto brasileiro, a extensão passou a ser concebida como um processo educativo, cultural e científico que articula ensino e pesquisa, de modo a atender às demandas da sociedade, sobretudo das populações marginalizadas (Almeida, 2016).

De acordo com o Plano Nacional de Extensão Universitária (2011-2020), a extensão é definida como "uma ação que integra o ensino e a pesquisa, de forma indissociável, proporcionando a transformação da realidade social". A extensão, portanto, não é meramente assistencialista; ela busca a emancipação dos sujeitos envolvidos, promovendo o empoderamento das comunidades e a construção coletiva do conhecimento (Freire, 2000).

Os povos tradicionais da Amazônia, que incluem indígenas, ribeirinhos, quilombolas e seringueiros, têm uma relação intrínseca com o território que habitam. Seus modos de vida são baseados em práticas sustentáveis de manejo dos recursos naturais, conhecimentos ancestrais e uma visão de mundo que valoriza a harmonia entre homem e natureza (Diegues, 2000). No entanto, essas populações enfrentam ameaças constantes à sua sobrevivência, tanto física quanto cultural, devido à crescente pressão sobre seus territórios e a políticas públicas que muitas vezes desconsideram suas especificidades.

O conceito de (r)existência, que surge da união de resistência e existência, destaca a luta desses povos não apenas por sobreviver, mas por manter e valorizar suas culturas e modos de vida em um contexto de opressão e exploração (SOUZA, 2018). A (r)existência, portanto, não se resume à mera sobrevivência física, mas envolve a afirmação de identidades e a defesa de direitos coletivos.

O conceito de (r)existência, que une as ideias de resistência e existência, surgiu como uma resposta às múltiplas formas de opressão enfrentadas por comunidades tradicionais e outros grupos marginalizados. (R)existir significa lutar para manter a existência cultural, territorial e identitária em um contexto de adversidades, como a exploração dos recursos naturais, a exclusão social e as violações de direitos humanos (Souza, 2018). Este conceito é particularmente relevante para povos tradicionais da Amazônia, que enfrentam ameaças constantes à sua sobrevivência física e cultural devido à expansão do agronegócio, desmatamento e grandes projetos de infraestrutura.

Apesar do potencial transformador da extensão universitária, existem desafios significativos que precisam ser superados. A falta de recursos financeiros, a resistência institucional e as dificuldades de articulação entre universidade e comunidade são barreiras que frequentemente limitam o alcance e a efetividade das ações extensionistas (Paula, 2018). Além

disso, a sustentabilidade dos projetos de extensão é uma questão crítica; muitas vezes, os projetos não têm continuidade após o término do financiamento ou da parceria inicial, o que pode comprometer os resultados a longo prazo.

Outro desafio é a necessidade de construir confiança e respeito mútuo entre os acadêmicos e as comunidades tradicionais. Isso exige uma abordagem sensível e participativa, onde as comunidades não sejam meras receptoras de conhecimento, mas sim co-criadoras dos projetos e protagonistas de suas próprias lutas (Freire, 2000).

A extensão universitária tem um papel crucial na promoção das lutas de (r)existência dos povos tradicionais da Amazônia. Ao integrar ensino, pesquisa e compromisso social, a extensão pode contribuir para a valorização das culturas tradicionais, a defesa dos direitos territoriais e a promoção da sustentabilidade ambiental. No entanto, para que essas ações sejam efetivas, é necessário um compromisso contínuo das universidades com a justiça social e o respeito à diversidade cultural, além da construção de parcerias duradouras e sustentáveis com as comunidades tradicionais.

A extensão universitária, ao articular ensino e pesquisa com ações voltadas para a comunidade, contribui para a transformação social. Ela permite que a universidade atue como um agente de mudança, promovendo o empoderamento das comunidades e a valorização de seus saberes e práticas culturais. De acordo com Freire (2000), a educação deve ser um ato de liberdade, onde os educandos são sujeitos ativos na construção do conhecimento. Neste contexto, a extensão universitária assume um papel emancipatório, ao promover o diálogo de saberes e a construção participativa de soluções para os desafios enfrentados pelas comunidades.

3. Ações de Extensão para o Fortalecimento das Lutas de (R)Existência

O diálogo instrutivo e pedagógico dos assistentes sociais são relevantes em toda a extensão das ações, mas de modo primordial ganham destaque junto aos grupos sociais em termos de apoiar com subsídios organizativos a gestão dos grupos sociais em sua dinâmica local e na interação com os contextos externos no que tange ao acesso aos bens e serviços sociais. Igualmente, a presença da extensão é potencializada em relação às formas coletivas de trabalho (*ajuri*, *puxirum* e *mutirão*) que são empregadas no desenvolvimento das principais atividades produtivas, na caça e na pesca, no extrativismo, na agricultura, são empregados mecanismos culturais (práticas, símbolos e representações) que constituem práticas fundamentais para

assegurar a manutenção da biodiversidade do ecossistema, da continuidade das modalidades de organização dos grupos e que atuam como determinantes da identidade cultural. (Chaves, 2004)

O trabalho do assistente social em relação à matricialidade familiar fornece elementos para a abordagem dos grupos doméstico familiar, cuja a forma de transmissão cultural intergeracional remonta às primeiras formas de organização dos grupos humanos. O avassalador processo de modernização patrocinado pela sociedade urbana-industrial junto às sociedades amazônicas tradicionais tentou remover diversas práticas do âmbito da família, todavia, constata-se que nas comunidades tradicionais a socialização e transmissão de saberes continua sendo central na organização da cultura, nas tramas da vida social e das práticas laborais. Assim, em que pese toda a força homogeneizadora, a temporalidade e a racionalidade predominantes nas sociedades modernas, de modo particular na Amazônia, entre os grupos tradicionais, a transmissão intergeracional ainda guarda força de socialização para o trabalho e para a vida dos grupos sociais.

Embora a lógica mercantil tenha incidido com certa eficácia sobre as formas de organização tradicionais, a transmissão intergeracional serviu como filtro para atenuar suas injunções, no que se refere: à manutenção da língua mater pelas novas gerações de diversas etnias; o uso das regras de parentesco; as normas de uso do território e de moradia; a posição social e da religião; os valores, comportamentos e aspirações sociais; a cosmovisão; as habilidades de organização e realização das práticas laborais. Torna-se notória que as sobredeterminações do contexto externo foram e são relativizadas pela força da cultura. (Chaves, 2016).

A extensão universitária é uma das três principais atribuições da universidade, junto com o ensino e a pesquisa, e tem como objetivo principal a interação e a contribuição para o desenvolvimento da sociedade. No campo do Serviço Social, a extensão assume um papel fundamental ao conectar a academia com a realidade social, possibilitando a aplicação prática dos conhecimentos adquiridos e promovendo um diálogo constante entre a universidade e a comunidade.

No contexto amazônico, a atuação da extensão universitária é particularmente significativa, dada a complexidade das questões socioambientais e a necessidade de integração entre saberes tradicionais e conhecimentos acadêmicos, privilegiando a interlocução entre atores sociais envolvidos, com o intuito de estimular a participação, a cooperação e a consolidação do compromisso destes na construção e condução da transformação da realidade local em direção a

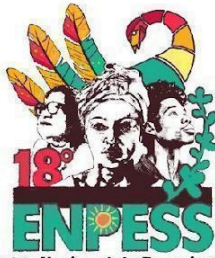
superação da exclusão social pela melhoria da qualidade de vida via construção da cidadania. (Chaves, 2004)

Chaves (2004) afirma que, ao longo da história, as políticas públicas direcionadas à região amazônica foram amplamente moldadas pelos interesses econômicos de grupos hegemônicos nacionais e internacionais, com o intuito de suprir a crescente demanda global por matéria-prima e integrar a região ao circuito da capital. Essa orientação causou profundas alterações no modo de vida e nas formas de organização sociopolítica e cultural das populações locais. Nesse cenário, o trabalho de extensão universitária deve ser visto como um processo dinâmico e participativo, que incentiva a cooperação, o compromisso ético-político e a solidariedade direcionada para construção de saberes e práticas para instruir ações afirmativas de cidadania.

O modelo de extensão desenvolvido nos trabalhos que deram base para este artigo instituem-se pedagogicamente como uma modalidade de pesquisa-ação que se assemelha a um programa social tendo como seu diferencial a interdisciplinaridade acadêmica formado por um conjunto de técnicos, pesquisadores, docentes, discentes, consultores, assessores de diversas áreas de ensino, tendo a prevalência no Serviço Social. Esse método orienta a relação entre os participantes com base em princípios éticos e políticos, visando fomentar a emancipação e preservar a autonomia dos agentes sociais. O objetivo é construir e consolidar ações que superem os obstáculos presentes no contexto amazônico, de acordo com os interesses, expectativas e necessidades locais.

Nesta dinâmica, uma complexa rede de ações intercambiantes é desenvolvida, focada na prática social e política realizada em conjunto com os comunitários, e guiada por princípios éticos. O trabalho desenvolvido pela extensão respeita e valoriza os saberes tradicionais da Amazônia, promovendo a sustentabilidade das comunidades. A tecnologia social do processo de gestão apoia ações para compreender manifestações socioculturais, incentivar a participação, criar espaços de interação, combater práticas discriminatórias e revelar as influências do capitalismo nos grupos sociais. Nas comunidades urbanas e ribeirinhas, este tipo de extensão contribui para promover debates e ações em favor da busca dos direitos de cidadania ao fornecer informações sobre Assistência Social, Previdência Social e Saúde.

As ações de pesquisa e extensão identificam as potencialidades locais, apoiam alternativas de manejo de recursos e melhoram a qualidade de vida através da transferência de tecnologias sociais, fortalecendo a organização sociopolítica. Priorizando a sustentabilidade das



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

entidades representativas e a instrumentalização das lideranças comunitárias, facilitando o acesso às instituições e o controle social.

Por fim, pode-se afirmar que no campo de ações e planos de extensão há uma arena muito diversificada de experiências, todavia, nos limites deste trabalho na sequência apresenta-se algumas das ações de extensão acompanhadas e consolidadas por seus resultados e pela adoção para potencializar a dinâmica de valorização da cultura e da identidade dos povos originários e tradicionais.

- **Educação Popular e Interculturalidade**

A educação popular e intercultural é uma das principais formas de ação extensionista voltada para o fortalecimento das lutas de (r)existência. Esses projetos buscam valorizar os saberes tradicionais e promover o diálogo entre diferentes culturas, permitindo que as comunidades mantenham suas práticas culturais enquanto se adaptam às novas realidades (Candau, 2016). A oferta de cursos e oficinas que envolvem diretamente as comunidades em atividades de ensino e aprendizado é fundamental para a preservação de suas identidades culturais e o fortalecimento de sua autonomia.

- **Defesa dos Direitos Territoriais**

A regularização fundiária e a defesa dos territórios tradicionais são fundamentais para a continuidade das lutas de (r)existência. Projetos de extensão que oferecem assessoria jurídica e técnica às comunidades são essenciais para a proteção de seus direitos territoriais. Essa assistência ajuda as comunidades a se organizarem legalmente e a resistirem a invasões e expropriações, garantindo que possam continuar a viver de acordo com seus modos de vida tradicionais (Mendes, 2019).

- **Promoção da Saúde Comunitária**

O acesso aos serviços de saúde é outra necessidade crucial para o fortalecimento das lutas de (r)existência. Ações de extensão que integram conhecimentos científicos com práticas tradicionais de cura têm um impacto positivo na saúde das comunidades. Essas iniciativas não

apenas melhoram a qualidade de vida, mas também fortalecem a autonomia das comunidades em relação aos sistemas de saúde convencionais, respeitando suas tradições culturais (Camargo, 2017).

- **Sustentabilidade e Soberania Alimentar**

A promoção da sustentabilidade e da soberania alimentar é uma área chave de atuação da extensão universitária. Projetos que incentivam a agroecologia e o manejo sustentável dos recursos naturais são fundamentais para garantir que as comunidades possam manter sua subsistência de maneira autônoma e sustentável. A extensão, nesse contexto, atua para preservar os conhecimentos tradicionais de manejo da terra e promover práticas que assegurem a segurança alimentar sem comprometer a biodiversidade (Almeida, 2016).

As atividades de incentivo à valorização dos saberes locais e da manutenção de sua socialização junto às crianças faz-se com a participação dos professores na constituição de hortas comunitárias para garantir a alimentação dos estudantes, no qual a prefeitura deve apoiar a continuidade.

- **Fortalecimento das Redes de Solidariedade**

A extensão universitária também atua no fortalecimento das redes de solidariedade entre diferentes comunidades e movimentos sociais. Essas redes são essenciais para a troca de experiências, o apoio mútuo e à amplificação das vozes das comunidades na luta por direitos. Projetos de extensão que promovem o intercâmbio de saberes e práticas entre diferentes grupos fortalecem a coesão social e a capacidade de organização coletiva, que são fundamentais para as lutas de (r) existência (Paula, 2018).

- **Tecnologias Sociais**

A extensão Universitária ao adotar a interdisciplinaridade em suas orientações possibilita que diversos profissionais possam contribuir no reposicionamento da ciência que associando-se aos sabedores tradicionais melhoram e/ou criam inovações e tecnologias sociais pelo uso de técnicas e tecnologias consideradas rudimentares, que ganham contornos com tecnologias

modernas, garantindo o acesso aos saberes e à formação técnica e assegurando a propriedade aos grupos sociais locais, detentores dos saberes locais.

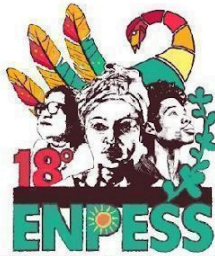
Considerações Finais

No contexto da Amazônia o significado e a relevância social e política das ações de extensão universitária ganham proporções inusitadas por buscar conectar a atribuição e o compromisso da universidade à realidade social e econômica da região. Igualmente, representa um esforço para ampliar as alianças técnico científicas e interprofissionais dinamizadas em práticas multi interdisciplinares, possibilitando o exercício de diversos quadros profissionais no efetivo apoio ao avanço dos movimentos sociais e ambientalistas na região, fomentado pela ampliação dos debates na própria região sobre a realidade dos povos locais, com o incremento da atenção por parte das instituições extrarregionais e a realização de debates sobre a questão socioambiental como elemento catalisador da democratização das relações sociais. (Chaves, 2023)

Urge a necessidade de contribuir com os povos originários e tradicionais nas lutas pela superação da condição de subalternidade que lhes são impostas, a construção subsídios técnicos e instrumentos que fortaleçam as organização social em prol de melhores condições de vidas visando o reconhecimento e a valorização de suas identidades socioculturais, práticas e saberes. Para isso, torna-se imprescindível à implementação de políticas sociais que assegurem seus direitos de cidadania, para isto, deve-se articular as estratégias de enfrentamento da exclusão social na região, com medidas que contemplem as demandas de caráter estrutural, conjunturais e emergenciais, considerando assim, as reais necessidades dos amazônidas.

Posto que a identidade e a cultura dos povos tradicionais da Amazônia são um patrimônio inestimável, não apenas para as próprias comunidades, mas para toda a humanidade. No entanto, esses povos enfrentam desafios significativos que ameaçam sua existência e a continuidade de seus modos de vida.

Por fim, defende-se que mediante o modelo de desenvolvimento vigente que molda a sociedade contemporânea como um fosso de risco social e ambiental, faz-se necessário atuar fornecendo subsídios qualificados para a formulação de novos projetos, planos e programas de políticas públicas que adotem iniciativas e direcionamentos para superação do paradigma de desenvolvimento excludente que favorece de modo contínuo as elites locais. Mas que possamos



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

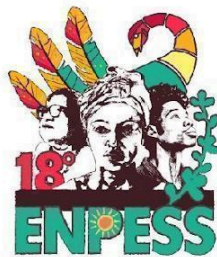
10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

trabalhar junto com os povos tradicionais em prol do horizonte de conservação da nossa rica sociobiodiversidade (povos e natureza), de seus valores e saberes tradicionais, favorecendo a participação e o protagonismo social. Nesta direção, a provocação que nos desafia é contribuir para consolidar uma forma civilizatória que cultive, especialmente, a universalização do direito à vida com qualidade. Isto pressupõe a defesa de um projeto societário que permita o estabelecimento de um desenvolvimento que seja politicamente democrático, ecologicamente durável, socialmente equitativo e culturalmente diverso.

Referências

- ALMEIDA, A. W. B. (2004). *Povos Tradicionais e Biodiversidade no Brasil*. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas.
- BARBOSA, M.J.S, & SÁ. M.E.R.(2009) A questão social na Amazônia no capitalismo contemporâneo: o estado do Pará em foco. In. Scherer, Elenise (Org.). *Questão social na Amazônia* (pp. 67-94). Manaus: EDUA.
- CAMARGO, S. P. (2017). *Saúde comunitária em territórios tradicionais: Perspectivas e desafios*. Rio de Janeiro: Fiocruz.
- CANAU, V. M. (2016). *Educação intercultural na América Latina: Aspectos teóricos e desafios pedagógicos*. Petrópolis: Vozes.
- CARVALHO, I. S. (2018). *Territórios em Disputa: Povos Tradicionais e Conflitos Fundiários na Amazônia*. Belém: Editora UFPA.
- CHAVES, M. P. S. R. Uma Experiência de Pesquisa-Ação para Gestão Comunitária de Tecnologias Apropriadas na Amazônia: O estudo de caso Assentamento de Reforma Agrária Iporá. 2021. Tese (Doutorado em Política Científica e Tecnológica) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências, Campinas, 2001.
- CHAVES, M. P. S.R et al. Extensão Universitária na Amazônia: Ações Sócio-Educativas de Arte e Cultura nas Comunidades Ribeirinhas dos Municípios de Coari e Carauari. Belo Horizonte: Anais do Congresso Brasileiro de Extensão Universitária. 2004.
- CHAVES, M.P.S.R. Experiência de extensão universitária em Serviço Social na Amazônia. *Textos & Contextos Porto Alegre*, v. 22, n. 1, p. 1-19, jan.-dez. 2023.
- DIEGUES, A. C. (2000). *O Mito Moderno da Natureza Intocada*. São Paulo: Hucitec.
- ESTEVÃO, A. M. R. O que é o serviço social? - coleção primeiros passos; 111, (1999).
- FREIRE, P. (2000). *Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa*. São Paulo: Paz e Terra.
- IAMAMOTO. M. V. O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez, 2003
- MARQUES, E.J.S.T & SCHMITT, A.R.V. O Serviço Social Ambiental: compromisso com os objetivos do desenvolvimento sustentável e a defesa do meio ambiente enquanto direito humano. *R. Katál.*, Florianópolis, v.24, n. 3, p. 607-616, set./dez. 2021



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

MENDES, M. P. (2019). *Direitos Territoriais e Povos Tradicionais na Amazônia: Desafios Jurídicos e Políticos*. Brasília: Editora UnB.

MENDONÇA, S. (2015). *Quilombolas da Amazônia: Identidade, Território e Luta*. Rio de Janeiro: Pallas.

NETTO, J.P. Ditadura e Serviço Social: Uma Análise do Serviço Social no Brasil Pós-64. - 8.ed - São Paulo: Cortez Editora, 2005.

PAULA, L. B. (2018). *Desafios da Extensão Universitária no Brasil: Políticas, Práticas e Perspectivas*. Curitiba: Appris.

PEREIRA, P. A. Perspectivas teóricas sobre a questão social no Serviço Social. Revista Temporalis – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social –Brasília: ABEPSS, ano 4, n. 7, p. 112-122, 2004.

PIANA, M. C. A construção do perfil do assistente social no cenário educacional [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. 233 p. ISBN 978-85-7983-038-9. Disponível em SciELO Books <<https://books.scielo.org/>>

SILVA, E. A. (2020). *Amazônia em Perigo: Exploração Ilegal de Recursos e Impactos Socioambientais*. Manaus: EDUA.

SILVEIRA, M. J. (2017). *Mudanças Climáticas e seus Impactos na Amazônia: Perspectivas e Desafios*. São Paulo: Annablume.

SOUZA, A. P. (2018). *Resistência e Existência: Os Povos Tradicionais da Amazônia na Luta por Direitos*. Belém: UFPA.

SOUZA, P. J. (2019). *Agricultura Tradicional e Sustentabilidade na Amazônia: O Caso das Roças de Coivara*. Belém: NAEA/UFPA.